

CONEXÕES URBANO- RURAIS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Marco de Ação para a Promoção do
Desenvolvimento Territorial Integrado

Conexões Urbano-Rurais: Princípios Orientadores

Marco de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado

Publicado pela primeira vez em Nairóbi em 2019 pelo ONU-Habitat

Copyright © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, 2019

Publicado pela Unidade de Planejamento Regional e Metropolitano, Departamento de Planejamento e Desenho Urbano

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)

Caixa Postal 30030, 00100 Nairóbi GPO QUÊNIA

Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)

www.unhabitat.org

EQUIPE DE PROJETO

Equipe de Coordenação do Projeto: Remy Sietchiping, Stephanie Loose, Thomas Forster, Grace Githiri, Florence Egal, Arthur Getz Escudero, Ramsés Alejandro Grande Fraile, Shipra Narang Suri.

Desenho e Diagramação: Jean Robert Gatsinzi, Ramsés Alejandro Grande Fraile, Runze Wang

Apoio Financeiro: Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida)

RESSALVA

As denominações empregadas e a apresentação do material nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites. As opiniões expressadas nesta publicação não refletem necessariamente as do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, das Nações Unidas ou de seus Estados-membros.

Trechos podem ser reproduzidos sem autorização, sob a condição de que a fonte seja indicada.





CONEXÕES URBANO- RURAIS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Marco de Ação para a Promoção do
Desenvolvimento Territorial Integrado

ONU  HABITAT

As Conexões Urbano-Rurais: Princípios Orientadores e Marco de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado foram desenvolvidas em um processo com múltiplas partes interessadas. O ONU-Habitat gostaria de agradecer aos seguintes contribuidores:

Aliyu Barau (Universidade Bayero); Thiago Soares Barbizan (ICLEI); Stephan Bartke (UBA/ UFZ); Jane Battersby (ACC, Universidade da Cidade do Cabo); Edgardo Bilsky (CGLU); Sergio Blanco (ONU-Habitat); Alison Blay-Palmer (CSFS, Universidade Wilfrid Laurier); Boris Buechler (GIZ); Marie-Eve Buist (DDSA, Universidade Laval); Pamela Carbajal (ONU-Habitat); Maruxa Cardama (SloCat); Edgar Cataño Sanchez (Especialista em Desenvolvimento Internacional); Isabel Cavelier-Adarve (Transforma); Branko Cavric (Universidade do Botswana); Vito Cistulli (FAO); Antonella Contin (Politécnico de Milão); Marielle Dubbeling (RUAF); Ahmad El-Atrash (ONU-Habitat); Jorge Fonseca (FAO); Rafael H. Forero (ONU-Habitat); Anne Marguerite Fouda Owoudi (Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Camarões); Amy Fraenkel (CDB); Lukas Frucht; Thibault Geerardyn (RIKOLTO); Sharon Gil (ONU Meio Ambiente); Thierry Giordano (Cirad); Alain Grimard (ONU-Habitat); Semia Guermas De Tapia (CEA); Oliver Hillel (CDB); Judith Hitchman (URGECI); Abdul Hussaini (ONU-Habitat); Karim Hussein (Especialista em Desenvolvimento Internacional); Jackson Kago (Universidade Kenyatta); Panagiotis Karfakis (FAO); Michael Kinyanjui (ONU-Habitat); Sara Kupka (nrg4SD); Efrén Osorio Lara (ONU-Habitat); Harold Livingsage (FIDA); Annah MacKenzie; Lina Mahy (OMS); Frédéric Happi Mangoua (ONU-Habitat); Maurizio Mariani (Eating City); Tadashi Matsumoto (OCDE); Emily Mattheisen (FIAN); Rodrigo Messias (nrg4SD); Astrid Meyer (BMZ); Choudhury Rudra Charan Mohanty (UNCRD); Lorenzo Motta (PMA); Fabienne Moust (PMA); Torben Nilsson (FIDA); Zeinab Nouredine Tag-Eldeen (SLU); Tori Okner (ICLEI); Martina Otto (ONU Meio Ambiente); Anne Palmer (CLF, Universidade Johns Hopkins); Geneviève Parent (DDSA, Universidade Laval); Angela Penagos (RIMISP); Sandra Piesik (3 Ideas Ltd.); Laura Platenkamp (GAIN); Christina Platt (CAP); Sharelle Polack (GAIN); Felicity Proctor (Proctor Consulting Ltd. e RIMISP); Ana Puhac (Eating City); Vicky Quinlan (ONU-Habitat); Jimi Richardson (PMA); Guido Santini (FAO); Barbara Scholz (GIZ); Jose Gabriel Siri (UNU-IIGH); David Suttie (FIDA); Chikako Takase (UNCRD); Jordania Valentim (GAIN); Manohar Velpuri (TLF Tech Private Ltd.); Bernhard Worm (BMZ); Mildred Wright-Crawford (Rede de Produtoras Rurais da Jamaica); Edlam Abera Yemeru (CEA); Mustapha Zubairu (Programa Urbano de Apoio Estatal do Níger); Jack Jones Zulu (CEA); Xing Quan Zhang (ONU-Habitat).



Table of contents

| | |
|---------------------------------------------------|-----------|
| Contribuidores | iv |
| Table of contents | v |
| Acrônimos e Abreviações | vi |
| Prefácio | x |
| Introdução | 1 |
| PARTE 1. Princípios Orientadores | 6 |
| PARTE 2. Marco de Ação | 14 |
| PARTE 3. Anexos | 41 |



Acrônimos e Abreviações

| | |
|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ACC | Centro Africano para as Cidades, Universidade da Cidade do Cabo (African Centre for Cities, University of Cape Town) |
| BMZ | Ministério para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung) |
| CAP | Associação de Planejadores da Commonwealth (Commonwealth Association of Planners) |
| CDB | Convenção sobre Biodiversidade |
| CSA | Comitê da Segurança Alimentar Mundial |
| CSFS | Centro para Sistemas de Alimentação Sustentável, Universidade Wilfrid Laurier (Centre for Sustainable Food Systems, Wilfrid Laurier University) |
| Cirad | Centro de cooperação internacional em pesquisa agrônômica para o desenvolvimento |
| CLF | Centro da Universidade Johns Hopkins para um Futuro Habitável (Johns Hopkins Center for a Livable Future) |
| OSC | Organização da Sociedade Civil |
| RRD | Redução de Riscos de Desastre |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação |
| FIAN | Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas |
| GAIN | Aliança Global para uma Nutrição Melhorada (Global Alliance for Improved Nutrition) |
| GEE | Gases do Efeito Estufa |
| GIZ | Agência de Cooperação Alemã (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) |
| GP-URL | Princípios Orientadores para Conexões Urbano-rurais (Guiding Principles for Urban-rural linkages) |
| GPS | Sistema de Posicionamento Global |
| ICLEI | Governos Locais para Sustentabilidade |
| TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação |
| FIDA | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola |

| | |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IG-UTP | Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (International Guidelines on Urban and Territorial Planning) |
| GIP | Gestão Intergrada da Paisagem |
| MPME | Micro, Pequenas e Médias Empresas |
| MUFPP | Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana (Milan Urban Food Policy Pact) |
| DNT | Doenças Não Transmissíveis |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONG | Organização Não Governamental |
| nrg4SD | Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (The Network of Regional Governments for Sustainable Development) |
| NAU | Nova Agenda Urbana |
| PNU | Política Nacional Urbana |
| OCDE | Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| PSA | Pagamento por Serviços Ambientais |
| RIMISP | Centro Latinoamericano para o Desenvolvimento Rural (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural) |
| RUAF | Centros de Recursos em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security) |
| ODS | Metas de Desenvolvimento Sustentável |
| SloCaT | Parceria para Transporte Sustentável de Baixo Carbono (Partnership on Sustainable, Low Carbon Transport) |
| SLU | Universidade Sueca de Ciências Agrícolas (Sveriges Lantbruksuniversitet) |
| DOT | Desenvolvimento Orientado para o Trânsito |
| UBA | Agência Ambiental Alemã (Umweltbundesamt) |
| CGLU | Cidades Unidas e Governos Locais |
| UFZ | Centro Helmholtz para Pesquisa Ambiental (Helmholtz-Zentrum für Umweltforschung) |
| UNCRD | Centro de Desenvolvimento Regional das Nações Unidas (United Nations Centre for Regional Development) |
| CEA | Comissão Econômica das Nações Unidas para África |
| ONU | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente |
| Meio Ambiente | |



- ONU-Habitat** Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
- UNU-IIGH** Instituto Internacional da Universidade das Nações Unidas para Saúde Global
(The United Nations University International Institute for Global Health)
- DVGT** Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e das florestas
- WASH** Água, Saneamento e Higiene (Water, Sanitation and Hygiene)
- PMA** Programa Mundial de Alimentos





Prefácio



Tenho o prazer de apresentar a publicação “Conexões Urbano-rurais para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado: Princípios Orientadores e Marco de Ação”. Isso vem em um momento em que a igualdade espacial entre as áreas urbanas e rurais é uma grande preocupação na agenda global.

Em 30 anos, dois terços da população mundial viverá em áreas urbanas; 90 por cento do crescimento urbano ocorrerá em regiões menos desenvolvidas tais como Ásia Oriental, Sul da Ásia e África subsaariana, em um ritmo acelerado e em situações onde as capacidades e os recursos são mais limitados e os desafios do desenvolvimento são mais intensos. Isso torna a relação entre as comunidades urbanas e rurais cada vez mais importante.

As comunidades urbanas e rurais não vivem isoladas umas das outras. O fluxo de pessoas, produtos, serviços e transporte, por exemplo, não vai apenas em uma direção.

Na verdade, há um movimento circular repetido e recíproco no continuum urbano-rural que conecta estas áreas e gera uma sinergia que é maior do que a soma das partes e que contribui para gerar territórios e regiões funcionais e integrados.

Esta relação urbano-rural se torna cada vez mais o foco dos governos, planejadores e agências de desenvolvimento nacionais, regionais e locais. Isso é em parte devido ao fato de que a urbanização sustentável é central para o alcance dos objetivos de desenvolvimento global conforme estabelecido no conjunto de acordos globais assinados entre 2015 e 2016. Estes incluem, principalmente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana (NAU). Em sua primeira versão do plano estratégico para 2020-2025, o ONU-Habitat propôs “avanço da prosperidade das regiões” como uma de suas áreas de foco e o aprimoramento da conectividade e produtividade espacial como um resultado principal.



Estes Princípios Orientadores estabelecem as bases para a realização destes projetos. O continuum urbano-rural possui um grande potencial inexplorado para beneficiar significativamente as pessoas que vivem nestes locais e ações inclusivas, planejadas e responsáveis são necessárias para fornecer estes benefícios. Estes Princípios Orientadores podem ajudar a definir estratégias, políticas e planos para o desenvolvimento urbano e territorial sustentável que incluem as perspectivas e participação daqueles cujas vidas são mais afetadas. Estes princípios se tornam aplicáveis através do Marco de Ação elaborada a partir de políticas e práticas concretas e que contém sugestões

práticas que podem ser adaptadas a diversos contextos. Qualquer aspecto do desenvolvimento sustentável traz seus próprios desafios, porém a transformação rural ligada com a urbanização exige um foco específico. Estes Princípios Orientadores reúnem as ideias e valores de que todos os agentes de mudança devem estar conscientes de quando estão envolvidos no planejamento da mudança.

Estes princípios certamente evoluirão conforme forem adaptados e interpretados, porém é nossa esperança que eles serão incorporados e apoiarão a perspectiva urbano-rural de forma que ninguém nestas comunidades seja deixado para trás



Sra. Maimunah Mohd Sharif
Subsecretária-geral das Nações Unidas
Diretora Executiva do ONU-Habitat



Introdução

As Conexões Urbano-Rurais: Princípios Orientadores e Marco de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado

Tanto na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹ quanto na Nova Agenda Urbana (NAU)², os Estados-membros das Nações Unidas acordaram políticas que apoiam o planejamento e desenvolvimento urbano e territorial integrados. Elas demandam por abordagens novas, inclusivas, e o aumento da sinergias entre comunidades e espaços urbanos e rurais - um componente essencial da visão da Agenda 2030 para “não deixar ninguém para trás”.

A visão e os compromissos adotados por estes e outros acordos globais³ reconhecem e respondem aos sistemas urbanos-rurais em rápida evolução em que famílias, comunidades e governos locais e nacionais enfrentam desafios novos e cada vez mais críticos. Governos em todos os níveis, juntamente com agências das Nações Unidas e outros importantes agentes de mudança, **devem avançar de um crescente reconhecimento destes desafios para ações coordenadas que fortaleçam as conexões urbano-rurais e a implementação do desenvolvimento territorial integrado**⁴.

Existem diversos exemplos de políticas públicas que apoiam ações coordenadas para o fortalecimento das conexões urbano-rurais⁵ e estes Princípios

Orientadores têm como objetivo promover a coerência, intercâmbio e impacto. Por que as conexões urbano-rurais são tão importantes? Em diversos assentamentos, um grande número de famílias vive, trabalha e depende tanto dos ecossistemas rurais quanto dos urbanos que sustentam a vida humana além das esferas política e administrativa. **O fluxo recíproco e repetitivo de pessoas, produtos e serviços financeiros e ambientais (que definem as conexões urbano-rurais) entre localidades rurais, periurbanas e urbanas específicas é interdependente**; esta é a realidade de arranjos socioespaciais, criando locais com identidades socialmente construídas distintas, porém entrelaçadas.

Disto emerge a possibilidade de desenvolvimento baseado nas pessoas e no território no continuum urbano-rural, isto é, a promoção de conexões urbano-rurais através de “territórios funcionais”⁶ que ajudam a reduzir as desigualdades regionais e ampliar a eficiência de recursos. A formulação e a implementação de políticas, bem como o planejamento de intervenções que reduzem a desigualdade territorial e fortalecem os territórios urbanos-rurais (inclusive em países menores e insulares) podem gerar resultados de desenvolvimento melhores



e mais sustentáveis que atenderão várias das metas dos ODS, da NAU e outras agendas internacionais paralelas.

A adoção de um objetivo global para urbanização sustentável como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11) trouxe mais atenção ao tópico das conexões urbano-rurais na meta 11a do ODS 11. **Os benefícios de investir em infraestrutura e serviços de conectividade, ao construir capacidade para territórios inclusivos e funcionais conectando comunidades urbanas e rurais, são imensos em todas as três áreas de desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.**

O surgimento de abordagens territoriais ao desenvolvimento sustentável, que inclui cidades pequenas e intermediárias, vilas, aldeias e as áreas rurais do entorno, é fundamental para a gestão de uma abordagem abrangente, interligada e realmente participativa ao desenvolvimento sustentável. A urbanização e a transformação rural⁷ não podem mais ser tratadas separadamente e os processos devem ser reforçados mutuamente.

O objetivo destes Princípios Orientadores é de informar estratégias pragmáticas e propor para construir um ambiente propício para conexões urbano-rurais mais inclusivas e funcionais. Os princípios são flexíveis e podem ser aplicados pelas partes interessadas de todos os níveis em

todas as escalas. Embora os princípios sejam projetados para aplicação universal, existem funções e ações distintas correspondentes aos governos nacionais ou locais, a sociedade civil, o setor privado e as organizações internacionais. Além disso, eles podem ser aplicados em diversos contextos nacionais; por exemplo, quando há uma questão relacionada à taxa de urbanização e a transformação rural ou o grau de diversidade na população. Os Princípios Orientadores servem para ajudar a lidar com a complexidade de alinhamento dos diferentes níveis de governança (nacional, territorial e local), além de reconhecer a singularidade dos contextos locais e as múltiplas possibilidades de implementação. As conexões urbano-rurais que promovem o desenvolvimento territorial integrado não são apenas um conjunto de regiões subnacionais individuais, mas são também relacionadas a sistemas de cidades no nível nacional e até mesmo a sistemas internacionais e regionais.

Conforme os Princípios Orientadores são adaptados e interpretados para necessidades e desafios em particular, eles certamente evoluirão como um conjunto de práticas de planejamento e desenvolvimento territorial integrado e sustentável que se acumulam e são avaliadas. Os Princípios Orientadores contribuirão para a integração e apoio das perspectivas urbano-rurais em outros marcos adotados pelos Estados-membros das Nações Unidas – por

exemplo, as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (IG-UTP)⁸. **Os Princípios Orientadores também fornecem uma referência para a revisão do quadro político rural, urbano e territorial nos âmbitos nacional e subnacional.**

Nossa visão para o que vem pela frente:

A aplicação destes Princípios Orientadores e a Marco de Ação contribuirão para a criação de meios de vida justos e sustentáveis através do continuum urbano-rural, fortalecendo as funções dos governos locais e outros parceiros institucionais. Promoverá o reconhecimento da interdependência entre as áreas urbanas e rurais e reconhecerá a importância de proteger os ecossistemas. Grupos marginalizados, tais como mulheres, pequenos produtores e povos indígenas frequentemente têm um papel importante como administradores de ecossistemas e agentes de mudança.

A cooperação entre atores deve ajudar a alavancar esta função apoiando o emprego e desenvolvimento econômico sustentável no contexto das funções do ecossistema e permitindo a saúde e bem-estar das famílias em áreas urbanas, periurbanas e rurais interdependentes.

Aplicação, teste e validação dos Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais:

A. Processos globais normativos e temáticos: Os Princípios Orientadores e a Marco de Ação foram desenvolvidos com o apoio de instituições (locais, nacionais e internacionais) que são ativamente envolvidas na implementação da Agenda 2030, da Nova Agenda Urbana e de outras agendas globais. Estes princípios podem ser adotados, endossados ou, ainda, validados nestes processos.

B. Processos nacionais e subnacionais: Os Princípios Orientadores e a Marco de Ação precisam ser ou continuar a ser integrados nas políticas internacionais, nacionais e subnacionais, algumas das quais são relacionadas a processos globais e outras que se originam nos níveis nacionais ou subnacionais. Exemplos são a integração de conexões urbano-rurais nas políticas nacionais urbanas (PNU)⁹, política de desenvolvimento rural, planejamento urbano e territorial, planos de segurança alimentar e nutrição, planos de proteção social e infraestrutura pública, dentre outros. Juntamente com os princípios e a Marco de Ação, ferramentas adicionais para o progresso do monitoramento e avaliação, mapeamento de partes interessadas e identificação de necessidades de dados e opções políticas serão disponibilizadas.







PARTE 1

Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais



PARTE 1. Princípios Orientadores



1
INTERVENÇÕES LOCAIS



2
GOVERNANÇA INTEGRADA



3
ABORDAGENS BASEADAS
EM SISTEMAS FUNCIONAIS E
ESPACIAIS



4
FINANCEIRAMENTE
INCLUSIVO



5
PARCERIA EQUILIBRADA





6

BASEADO NOS DIREITOS
HUMANOS



7

NÃO PREJUDICAR E FORNECER
PROTEÇÃO SOCIAL



8

AMBIENTALMENTE SENSÍVEL



9

ENVOLVIMENTO
PARTICIPATIVO



10

ORIENTADO POR DADOS
E BASEADO EM EVIDÊNCIAS





1

INTERVENÇÕES LOCAIS

O contexto local importa muito para a eficácia da dinâmica das conexões urbano-rurais e deve orientar a implementação das agendas globais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (incluindo os ODS), a Nova Agenda Urbana (NAU) e outras. Os compromissos nacionais e subnacionais devem ter coerência política e ações integradas em todo o território. Essa implementação transformação deve incluir sistematicamente as conexões urbano-rurais e o desenvolvimento territorial integrado; deve auxiliar as autoridades locais e atores subnacionais a assumir a liderança na superação de desigualdades sociais, econômicas e ambientais, bem como alavancar as vantagens comparativas do fluxo de pessoas, produtos e serviços no continuum urbano-rural.



2

GOVERNANÇA INTEGRADA

Fortalecimento dos mecanismos de governança através da incorporação das conexões urbano-rurais na governança multissetorial, multinível e de diversas partes interessadas (multistakeholder). Implementar os ODS e lidar com questões de paz e desenvolvimento humanitário, por exemplo, exige políticas, estratégias e planos de ação que são:

- a. *Horizontalmente* integrados nas escalas espaciais em regiões metropolitanas, cidades e vilas adjacentes, incluindo áreas rurais do interior;
- b. *Setorialmente* integrados com os setores público e privado, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e profissionais, associados cívicas formais e informais;
- c. *Verticalmente* integrados com os diferentes níveis de envolvimento e tomada de decisão oficial. Aprimorar e institucionalizar as sinergias a partir da integração dos atores urbanos e rurais e ações nas dimensões horizontais, setoriais e verticais.





3

ABORDAGENS BASEADAS EM SISTEMAS FUNCIONAIS E ESPACIAIS

Uso de abordagens baseadas em sistemas para promover políticas e planejamentos urbanos, territoriais e rurais integrados e inclusivos para apoiar a análise do fluxo de recursos como pessoas, água, biodiversidade e alimentos. Considerar as diferentes escalas de assentamentos urbanos e rurais nos sistemas de cidades e vilas de diferentes tamanhos. Considerar as interligações funcionais existentes, de caráter territorial e baseada em ecossistemas, entre assentamentos urbanos e rurais e o uso do solo (incluindo áreas remotas, de interior e ilhas periféricas), utilizando-os para maior impacto e equidade.



4

FINANCEIRAMENTE INCLUSIVO

Garantir e priorizar o investimento público e privado sustentáveis para equilibrar e fortalecer as conexões urbano-rurais. Sempre que possível, ajustar o financiamento para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico, social e ambiental nas áreas rurais e urbanas de maneira integrada. O investimento não deve ser limitado a cidades grandes ou capitais, mas também deve incluir assentamentos menores, incluindo vilas, aldeias, cidades intermediárias e áreas periurbanas. Prestar atenção também aos diversos atores econômicos formais e informais que necessitam de apoio financeiro, incluindo associações de pequenos agricultores e novos empreendedores. Promover estratégias fiscais para lidar com o acesso desigual aos serviços públicos e investimento em infraestrutura.





5

PARCERIA EQUILIBRADA

Fomentar associações, alianças e redes que conectam atores e diferentes setores urbanos e rurais. Desenvolver e fortalecer capacidades e habilidades através de uma ampla gama de partes interessadas, tais como a sociedade civil, o setor privado e instituições acadêmicas através de processos inclusivos e participativos, especialmente dentro de grupos e comunidades mais marginalizadas. As parcerias inclusivas provavelmente exigirão flexibilidade e ajustes com base em novos conhecimentos e gerar novos caminhos para lidar com mudanças econômicas, sociais e ambientais.



6

BASEADO NOS DIREITOS HUMANOS

Integrar abordagens baseadas em direitos humanos em todos os instrumentos e ações políticas para garantir que as iniciativas e processos de desenvolvimento não afetem negativamente os direitos humanos de qualquer pessoa no continuum urbano-rural. As intervenções devem respeitar, promover e cumprir com os direitos humanos, tais como o direito ao emprego, o direito à educação, o direito à saúde, o direito à moradia adequada e acessível e o direito à alimentação. A proteção da diversidade biológica natural em uma área deve complementar a defesa dos direitos humanos.





7

NÃO PREJUDICAR E FORNECER PROTEÇÃO SOCIAL

Fortalecer as conexões urbano-rurais para superar conflitos, reconhecer a diversidade cultural e reduzir desigualdades. Isso pode ser feito através da promoção do bem-estar, saúde, segurança alimentar e nutrição e a proteção da água, energia, mobilidade e moradia, biodiversidade e posse da terra em iniciativas, políticas, programas e prestação de serviços. Encontrar um equilíbrio em medidas e programas de proteção social que impactem homens e mulheres e diferentes grupos socioeconômicos ou etários no continuum urbano-rural.



8

AMBIENTALMENTE SENSÍVEL

Com os princípios-chave da Eco-92 e Rio+20 em mente¹⁰, os recursos necessários pela população atual devem ser utilizados sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender suas necessidades. Outros princípios que fortalecerão o desenvolvimento territorial integrado e investimentos no continuum urbano-rural devem também priorizar a proteção, sustentabilidade e expansão de áreas que são importantes para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Isso garantirá uma transição urbano-rural integrada para economias resilientes, eficientes em recursos, de baixo carbono e circulares.



9



ENVOLVIMENTO PARTICIPATIVO

Garantir participação significativa das pessoas, instituições e comunidades locais no continuum urbano-rural. Criar espaços e mecanismos conforme necessário para envolvimento no diálogo político e processos de planejamento para mulheres, povos indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências, população que vive em assentamentos informais, pequenos produtores e pessoas deslocadas à força e outros em riscos de serem deixados para trás. Realizar capacitação para empoderar grupos vulneráveis¹¹ e para o envolvimento ativo de comunidades urbanas, periurbanas e rurais na governança territorial integrada. Proteger e respeitar as culturas locais e indígenas. Reconhecer que a relação de cultura com migração, mobilidade e deslocamento é fundamental para a proteção e resiliência social e é um fator chave no desenho de estratégias e intervenções apropriadas.

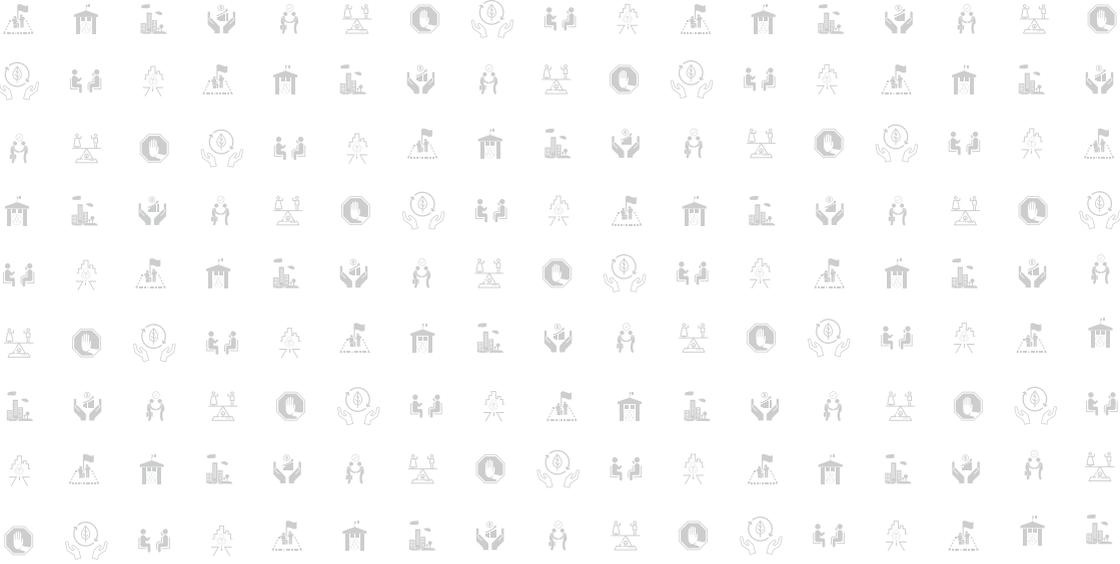


10

ORIENTADO POR DADOS E BASEADO EM EVIDÊNCIAS

Estabelecer ou aprimorar sistemas de conhecimento e preencher lacunas de dados de forma que haja evidência para apoiar métodos de planejamento que irão reforçar o continuum urbano-rural e aprimorar a coesão territorial. Aperfeiçoar e coletar, quando necessário, os dados territoriais desagregados, incluindo por idade, sexo e status socioeconômico. Coletar dados e indicadores urbanos, periurbanos e rurais desagregados tanto nos níveis nacionais quanto subnacionais (analisando a escala apropriada e incluindo dados quantificáveis e qualitativos). Incorporar conhecimento não estático e de base. Facilitar o compartilhamento de conhecimento, monitorar o desempenho e avaliação, e tornar as informações acessíveis, transparentes, interativas e disponíveis para todos.





PARTE 2

Marco de Ação para Conexões Urbano-Rurais



PARTE 2. Marco de Ação

Os Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais se aplicam a todas as seções da Marco de Ação e são relevantes para os governos de todos os níveis e outras partes interessadas. As seções do marco identificam exemplos de políticas e estratégias, assim como planejamento e ações institucionais para **criar um ambiente propício em pontos de entrada setoriais e temáticos selecionados** para aplicações econômicas, sociais e ambientais dos Princípios Orientadores.

O marco é projetado para apoiar e fornecer orientação para todos os atores. Utilizando uma abordagem de sistemas, os campos de ação propostos estão frequentemente relacionados e são alimentados por experiências em níveis nacionais e locais.

Existem funções para todas as partes interessadas, sendo algumas ações aplicadas a diversos atores, enquanto outras se aplicam a atores mais específicos. As ações no marco destacado abaixo conectam atores urbanos, periurbanos e rurais tanto espacialmente quanto funcionalmente. Elas também conectam diferentes níveis governamentais, políticas e programas setoriais. Trabalhando em conjunto para alcançar perspectivas compartilhadas em desenvolvimento territorial integrado, é possível aprimorar sinergias e fluxos de pessoas, produtos, serviços e informações.

A meta geral é promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental inclusiva no continuum urbano-rural.



Criação de um ambiente favorável para fortalecimento de conexões urbano-rurais:

- A** Governança, legislação e desenvolvimento de capacidades
- B** Planejamento integrado no continuum urbano-rural
- C** Investimento e financiamento para um desenvolvimento urbano-rural inclusivo
- D** Capacitação de pessoas e comunidades
- E** Conhecimento e gestão de dados para os fluxos espaciais dinâmicos de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações

Pontos de entrada setoriais e temáticos para promoção do desenvolvimento territorial integrado:

- F** Desenvolvimento econômico e emprego territorial
- G** Abordagens coerentes para a prestação de serviço social
- H** Infraestrutura, tecnologia e sistemas de comunicação
- I** Abordagens integradas para segurança alimentar, nutrição e saúde pública
- J** Impacto ambiental, recursos naturais e gestão do solo
- K** O continuum urbano-rural diante de conflitos e desastres





Governança, legislação e desenvolvimento de capacidades

1. **Estabelecer abordagens integrais para o governo**¹². Governança multinível, multissetorial e mecanismos multiatores devem ser responsivas e estimular condições através das quais os governos locais possam alcançar o desenvolvimento territorial integrado e efetuar a gestão de recursos naturais dentro de uma estrutura nacional. Os arranjos de governança podem ser promovidos, por exemplo, através de cooperação intermunicipal e mecanismos de governança associativa no nível subnacional, levando em alguns casos à criação de agências ou associações integradas (e.g. começando com gestão de resíduos, água, transporte público ou gestão do solo).



2. **Agregar mecanismos de governança para revisar mandatos e políticas institucionais** (e.g. dimensões rurais em políticas urbanas e dimensões urbanas em políticas rurais), incluindo coerência e harmonização entre decisões e normas nacionais, regionais e locais. Propor iniciativas, regulamentos e intervenções executivos e/ou legislativos no nível territorial. Estas intervenções podem incluir a busca de estruturas de governança que tenham previamente levado a separação administrativa improdutiva e/ou garantir que não haja estruturas similares, porém desconectadas nas autoridades urbanas e territoriais.



3. **Desenvolver uma estrutura para a inclusão de populações urbanas e rurais em risco**. Incluir pessoas vulneráveis e marginalizadas no planejamento, tomada de decisão e concepção de plataformas e programas de governança para promover a compreensão holística das questões. Ampliar a responsabilização através dos processos do monitoramento e avaliação para garantir a inclusão de comunidades



urbanas e rurais, por exemplo, desenvolvendo ferramentas para avaliação de impacto de políticas, estratégias, programas e iniciativas para fortalecer a integração territorial.

4. Estabelecer mecanismos e abordagens participativas para conciliação de diferenças e alcance de acordos sustentáveis entre os

interesses públicos e privados. Garantir que os direitos de todas as partes interessadas sejam respeitados em conflitos existentes relacionados ao uso do solo ou a serviços, por exemplo, quando a expansão urbana para novas moradias ameaça os interesses agrícolas, ambientais ou de comunidades tradicionais.



5. Estabelecer intercâmbio contínuo de conhecimento, plataformas,

diálogo e desenvolvimento de capacidades para fortalecer as conexões urbano-rurais que impulsionam o crescimento sustentável e inclusivo (respeitando a capacidade do território). Apoiar o diálogo contínuo entre partes interessadas através de um currículo de treinamento especializado e inovador para planejadores regionais e colaboração intersetorial com acadêmicos, parceiros não-governamentais e aqueles mais propensos a serem deixados para trás



6. Desenvolver e implementar estratégias para elevar a conscientização das dimensões, benefícios e dinâmicas das conexões

urbano-rurais. Isso pode ser feito através de redes novas ou existentes, associações territoriais de planejadores profissionais e departamentos de planejamento. Unidades funcionais de planejamento de jurisdições urbanas e territoriais que necessitam de treinamento e suporte podem ampliar a capacidade através de associação. Os planejadores setoriais em nível nacional podem ajudar a estimular maior troca de conhecimento e desenvolvimento de capacidades nos níveis de planejamento local.





Planejamento integrado no continuum urbano-rural

1. Instituir mecanismos para localização do planejamento nacional através de instituições locais de planejamento fortalecidas.

Desenvolver instrumentos que catalisem o planejamento transversal nos níveis nacional e subnacional em um ambiente de diversas partes interessadas (multistakeholder), levando em conta a importância da função dos governos locais no planejamento e gestão do uso do solo e da água. Políticas nacionais urbanas que tratam do desenvolvimento econômico e social em áreas rurais, que também são responsáveis ambientalmente, podem ser um veículo para a delegação de poderes de planejamento, conforme encorajado na Nova Agenda Urbana.



NUA



2. Adaptar e aplicar abordagens multinível, multissetorial e de diversas partes interessadas (multistakeholder) ao planejamento integrado conforme adequado para diferentes atores, assim como proposto nas Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (IG-UTP).

Isso vincula o planejamento nacional para desenvolvimento urbano sustentável ao desenvolvimento territorial integrado. Também enfatiza a participação da sociedade civil e atenção específica deve ser dada aos grupos marginalizados no planejamento e gestão local e nacional.



IG-UTP

3. Formalizar redes de jurisdições e sistemas de cidades e vilas nos níveis territorial e regional. O objetivo é definir em conjunto uma visão e desenvolver planos de ação para o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável que integra demandas setoriais em níveis regionais. As redes também construirão capacidade e identificarão sinergias que são alinhadas com o potencial e as limitações do ecossistema urbano, rural e territorial.

As redes também construirão capacidade e identificarão sinergias que são alinhadas com o potencial e as limitações do ecossistema urbano, rural e territorial.



4. Instituir mecanismos para integrar autoridades de planejamento do governo.

Atenção especial deve ser dada às dimensões e necessidades financeiras, culturais e institucionais dos assentamentos rurais, pequenas vilas e cidades intermediárias. Fortalecer suas capacidades para envolvimento no desenvolvimento territorial integrado, por exemplo, através de associações territoriais entre pequenas vilas e cidades.



5. Estabelecer e implementar metas de planejamento integrado para reduzir as disparidades econômicas, sociais e ambientais urbano-rurais.

Isso pode incluir a revisão, adaptação e uso de instrumentos e métodos jurídicos e legislativos localmente relevantes para o desenvolvimento de planos de desenvolvimento baseados em pessoas e no território, incluindo a integração de proteção ambiental, resiliência climática, uso do solo, infraestrutura e transporte.



6. Desenvolver critérios e abordagens para o planejamento, gestão e regulação do uso do solo.

Estas são muitas vezes as ferramentas disponíveis aos governos locais para tratar da urbanização e transformação rural. As abordagens podem ser projetadas para serem sensíveis às questões de cultura, meio-ambiente e saúde no planejamento e para fornecer caminhos estratégicos. Exemplos incluem planejamento de espaços públicos de qualidade e sensível à questão de gênero, inovações como zoneamento para corredores verdes e azuis de biodiversidade, preservação cultural e zonas de alimentos saudáveis que constroem conexões com pequenos agricultores locais, etc.





3
ABORDAGENS
BASEADAS
EM SISTEMAS
FUNCIONAIS E
ESPACIAIS



4
FINANCEI-
RAMENTE
INCLUSIVO



5
PARCERIA
EQUILIBRADA



Investimento e financiamento para desenvolvimento urbano-rural inclusivo

1. Adaptar e alinhar os orçamentos públicos nos níveis nacionais e locais para integração de políticas territoriais.

Para orçamentos setoriais, envolvimento de mecanismos novos ou adaptados para investir em ações que promovem conexões urbano-rurais que estão alinhadas com as necessidades e desafios de territórios específicos.



2. Incluir medidas e práticas para aprimorar instrumentos financeiros públicos e privados para lidar com o crédito e remover barreiras financeiras.

Incluir medidas para preservar e criar empregos no continuum urbano-rural. No nível das finanças públicas, incluir orçamento no nível nacional para apoiar estratégias e planos de ação coordenados, tais como assistência financeira municipal e desenvolvimento rural, política tributária e transferências de recursos a governos locais. Desenvolvimento de estruturas para promover sistemas fiscais locais. Possuir mecanismos financeiros inovadores¹³ para, por exemplo, reduzir as lacunas de crédito e garantir distribuição tributária equitativa.



3. Encorajar (e quando necessário, legislar sobre) bancos privados e intermediários juntamente com agências e instrumentos financeiros públicos¹⁴ para promover práticas de investimento responsáveis, éticas e sustentáveis por instituições financeiras subnacionais e locais.

Financiar projetos e parcerias que criam conexões e sinergias entre o desenvolvimento urbano e rural. As associações de governos subnacionais podem ser particularmente encorajadas. Apoiar atores relevantes (incluindo pequenas vilas e cidades intermediárias) através do acesso ampliado a atividades bancárias e crédito ofertados pelos intermediários financeiros, governos doadores e organizações.



4. Adaptar mecanismos de financiamento para o Pagamento por Serviços Ambientais¹⁵ (PSA), independente se em níveis subnacionais ou nacionais. Garantir acessibilidade aos atores primários que supervisionam funções do ecossistema tal como descarte/reuso de resíduos, tratamento de esgoto, gestão de bacias hidrográficas, agricultura e florestas, etc., e promove-los onde não existem.



5. Criar iniciativas para atores da comunidade financeira e de investimento, com o apoio da política nacional e bancos de desenvolvimento, para trabalhar juntos para atender às necessidades financeiras de, por exemplos, pequenos produtores, empresas de micro, pequeno e médio porte. Exemplos promissores estão emergindo em financiamento social ou de impacto, iniciativas econômicas circulares e solidárias. Os governos locais e regionais podem reunir recursos e alavancar atores e iniciativas públicos e privados, comerciais e sem fins lucrativos.



6. Simplificar os procedimentos para encorajar atores privados e instituições públicas para aprimorar o acesso a (micro) crédito para pequenos empreendedores e agricultores, particularmente mulheres que podem ter menos ativos e posse informal de terra. Empreendedores jovens e startups são conectores importantes entre produtores rurais, novos mercados para alimentos saudáveis e importação/exportação. Financiamento para aceleração e crescimento de novos negócios e oportunidades de emprego no continuum urbano-rural é fundamental.





9
ENVOLVIMENTO
PARTICIPATIVO



5
PARCERIA
EQUILIBRADA



2
GOVERNANÇA
INTEGRADA

Capacitação e fortalecimento de pessoas e comunidades

1. Identificar e apoiar diversos tipos de parcerias inclusivas

e aprimorar sinergias em todos os níveis nos espaços urbanos e rurais. Desenvolver soluções de financiamento para fornecer infraestrutura e serviços em comunidades que apresentam carências. Construir com base em contextos locais e realizações passadas. Fomentar processos formais e informais inclusivos que reduzem desigualdades, capacitam organizações comunitárias e suportam grupos de cidadãos para mapear e apoiar seus pontos fortes, ativos e capacidades relativos.



2. Comprometer com a inclusão equilibrada e balanceada de atores rurais e urbanos

tanto nos setores informais quanto formais para estimular a participação equilibrada no projeto, implementação e no monitoramento de parcerias e compartilhamento de benefícios. O setor informal é frequentemente a principal esfera de empreendimentos de micro, pequeno e médio porte e é crítico para mulheres, povos indígenas, pequenos agricultores e outros.



3. Adotar metodologias participativas

tais como guias de parceria, orçamento participativo e ferramentas de avaliação, para estimular a igualdade e gestão de conhecimento compartilhado através de instituições e grupos de poder. Um exemplo são conselhos de política alimentar e associações multissetoriais entre o governo, grupos de cidadãos e comunidades empresariais.



4. Estabelecer uma estrutura para o aprimoramento da cooperação

dentre as comunidades e outros atores em áreas urbanas e rurais que facilitam o fluxo de investimentos, conhecimentos e habilidades necessários para lidar com a disparidade espacial, econômica e social entre povos e territórios urbanos e rurais.



5. **Estabelecer governos e instituições locais inclusivos de grupos de trabalho, agrupamentos temáticos ou parcerias de atores com representantes do setor privado (quando apropriado e prevenindo ou lidando com conflitos de interesses)** e grupos da sociedade civil em áreas rurais e urbanas e entre cidades e vilas grandes e pequenas e autoridades rurais (incluindo transfronteiriças regionais ou fronteiras transjurisdicionais).
6. **Projetar e convocar parcerias formais e informais** através de diferentes dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que também lidam com desigualdades e desequilíbrios de poder entre atores urbanos e rurais com uma abordagem territorial, com base em diretrizes relevantes para parcerias efetivas¹⁶ para conexões urbano-rurais.





10
ORIENTADO POR
DADOS E BASEADO
EM EVIDÊNCIAS



3
ABORDAGENS BASEADAS
EM SISTEMAS
FUNCIONAIS E ESPACIAIS

E

Conhecimento e gestão de dados para os fluxos espaciais dinâmicos de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações

1. Desenvolver modelos e métodos participativos que mapeiam e descrevem sistemas urbanos complexos e suas relações com as áreas rurais do entorno no nível territorial, por exemplo, construindo a “abordagem de metabolismo urbano”¹⁷, para lidar com os compromissos transformadores da Nova Agenda Urbana.

Com base na integração do desenvolvimento social, econômico e ambiental, estas avaliações devem levar em consideração o subdesenvolvimento rural e serem capazes de quantificar o impacto das ações no nível familiar e por idade e sexo. As descrições destes territórios urbano-rurais devem ser baseadas em sólidas evidências e alimentadas por dados desagregados.

NUA



2. Desenvolver a capacidade dos governos nacionais e locais de uso, coleta e processamento de dados e informações espacialmente desagregados em colaboração transparente com atores privados, não-governamentais e acadêmicos, assim como grupos locais de usuários da terra, tais como grupos indígenas e associações domésticas informais.



3. Gerar novos dados para suprir lacunas de informação. Incluir observações e sistemas de monitoramento baseados em SIG, dados sobre posse da terra e transações imobiliárias, mapeamento local de sistemas existentes e tradicionais de posse da terra, pesquisas origem-destino e dados de GPS para avaliar os fluxos e barreiras ao movimento de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações entre as áreas urbanas e rurais. Tornar estas informações acessíveis e disponíveis aos governos locais, atores da sociedade acadêmica e civil como uma base para a identificação de serviços apropriados

GIS



e integrados de mobilidade urbano-rural que apoiam fluxos livres, meios de subsistência sustentáveis e desenvolvimento local.

- 4. Coletar e disponibilizar conhecimento e dados sobre a mobilidade de pessoas** (incluindo mulheres, jovens e pessoas com deficiência) no continuum urbano-rural (incluindo fluxos de migração internacional). Isso deve focar especialmente na mobilidade em relação ao potencial de crescimento e transformação de vilas e cidades pequenas e intermediárias, incluindo deslocamentos cotidianos e sazonais, assim como deslocamentos de mais longo prazo. Análise focada em emprego, saúde, segurança alimentar, nutrição e avaliações ambientais estratégicas do uso e distribuição de recursos podem guiar o planejamento em diferentes escalas para serviços dinâmicos baseados em mobilidade, tais como treinamento, financiamento e informação para unidades familiares multiespaciais rurais e urbanas.





F

Desenvolvimento econômico territorial e emprego

1. Utilizar diálogo participativo para identificar e mapear potenciais conflitos e soluções culturalmente adequadas

(incluindo modelos inovadores, novas tecnologias e métodos de informação) para coordenar o desenvolvimento. Isso irá aprimorar as sinergias e benefícios positivos dos fluxos recíprocos de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações. Cooperação intermunicipal, por exemplo, entre a sociedade civil e o setor privado, pode aprimorar a prestação de serviços e melhorar responsabilização daqueles que gerenciam serviços de infraestrutura. As condições gerais de trabalho podem melhorar com o fortalecimento das conexões urbano-rurais, porém, diretrizes, regulamentos e programas de proteção social adequados serão necessários para promover trabalho decente, igualdade de gênero e evitar exploração.



2. Aproveitar o potencial de cidades de pequeno e médio porte e ilhas periféricas

(tais como pequenos agrupamentos rurais/mercados que são frequentemente o núcleo de aglomeração urbana) para fornecer um ponto de conexão entre negócios urbanos e rurais. Isso pode ser através do estabelecimento de centros para emprego, negócios e treinamento, especialmente para mulheres e jovens, por exemplo, através de incubadoras conectando corretores, produtores e aceleradores comerciais para plataformas de TIC inovadoras.



3. Personalizar intervenções no planejamento e governança de mercados territoriais para beneficiar empreendimentos de micro, pequeno e médio porte (MPME),

indo além da eficiência do mercado/cadeia de abastecimentos alimentar. Os sistemas alimentares



entre produtores e consumidores em um contexto urbano-rural incluem canais de mercado varejista formais e informais, transporte, armazenamento e processamento de alimentos e eles empregam um grande número de pessoas. Estes sistemas pós-agrícolas são encontrados em pequenas vilas, cidades intermediárias (servindo os espaços rurais entre elas) e cidades maiores. Soluções institucionais e de infraestrutura para criar conexões entre produtores locais, consumidores e prestadores de serviços juntamente com cadeias de valor agroalimentares têm retornos potencialmente altos; estes podem promover o investimento local e multiplicar benefícios em áreas rurais e urbanas.

4. Construir conexões urbano-rurais mais fortes através da coordenação nos níveis intermunicipais e intra-regionais.

Isso serve para promover a criação de mais e melhores empregos no setor agrícola e não agrícola. Também alavanca atores específicos públicos e privados, comerciais, sem fins lucrativos e iniciativas de base comunitária através de programas de desenvolvimento coordenados e de base local. O setor informal deve ser um elemento na agenda de desenvolvimento territorial que deve focar no papel das mulheres urbanas e rurais nos meios de subsistência agrícola e não agrícola.



5. Criar oportunidades de educação e capacitação para auxiliar no equilíbrio de oportunidades de investimento e financiamento

para atores urbanos e rurais e fornecer incentivos para atividades conjuntas. Aprender com as inovações nos esquemas de crédito e financiamento participativo para permitir o acesso a serviços financeiros para todos e todas, particularmente grupos enfrentando dificuldades no acesso a financiamento, tais como empreendimentos locais de pequena e média escala. Capacitar e apoiar instituições financeiras para fornecer serviços personalizados para estes grupos, incluindo mulheres, jovens, povos indígenas, pequenos agricultores, MPMEs, etc.





5
PARCERIA
EQUILIBRADA



6
BASEADO
NOS DIREITOS
HUMANOS



7
NÃO PREJUDICAR
E FORNECER
PROTEÇÃO SOCIAL

G

Abordagens coerentes para a prestação de serviço social

1. Identificar necessidades, oportunidades e lacunas onde as conexões urbano-rurais fortalecidas podem fornecer serviços mais equitativos especialmente e socialmente e reduzir as barreiras para serviços público-sociais de qualidade para todos os grupos socioeconômicos. Apoiar e fortalecer o envolvimento multissetorial de base local para aprimorar a eficiência e fornecimento de múltiplos serviços.

reduzir as barreiras para serviços público-sociais de qualidade para todos os grupos socioeconômicos. Apoiar e fortalecer o envolvimento multissetorial de base local para aprimorar a eficiência e fornecimento de múltiplos serviços.



2. Explorar novos modelos de fornecimento e incentivos para a provisão social responsável de alimentos saudáveis, moradia, serviços de saúde e educação (para prestadores sociais e setoriais privados). Garantir que estes modelos sejam de base local e relacionados a necessidades específicas, por exemplo, às viagens de crianças de áreas rurais para escolas em áreas urbanas ou periurbanas.

Garantir que estes modelos sejam de base local e relacionados a necessidades específicas, por exemplo, às viagens de crianças de áreas rurais para escolas em áreas urbanas ou periurbanas.



3. Garantir que o fornecimento de serviços públicos alcance a todos.

As parcerias público-privadas e comunitárias podem ser pensadas para aprimorar o fornecimento e melhor uso dos recursos entre os municípios. As parcerias podem promover o fornecimento de serviços em zonas-tampão entre as urbanas e rurais e áreas rurais (incluindo as remotas). Os serviços que foram desenvolvidos para populações e áreas urbanas podem não atender a necessidades em particular (saúde, educação, água e saneamento, etc.) daquelas de áreas rurais com menores densidades populacionais. Estas parcerias devem ser monitoradas e avaliadas de forma independente com participação comunitária.



4. Desenvolver planos de saúde e saneamento que coordenam mandatos e ações em todos os níveis do governo e que consideram

os serviços do ecossistema e conexões entre áreas verdes periurbanas e urbanas e espaços públicos para o bem-estar humano; um exemplo são os aspectos de saúde mental e respiratória e a redução do risco de doenças não transmissíveis.



5. Apoiar as comunidades urbanas e rurais no desenvolvimento e planejamento de um ambiente saudável e seguro. Apoiar sua

contribuição para o alcance da cobertura universal de saúde. Reduzir as desigualdades espaciais e sociais em serviços de saúde de qualidade de forma a garantir que tanto as populações urbanas quanto as rurais sejam saudáveis e economicamente produtivas.



6. Integrar a saúde e o bem-estar em todo o planejamento de serviços públicos, garantindo que todas as iniciativas, políticas e

programas para planejamento territorial integrado avaliem os impactos positivos e negativos em potencial sobre a saúde e resulte em espaços para a atividade física segura de mulheres, jovens e crianças nas áreas urbanas e rurais.





3
ABORDAGENS
BASEADAS
EM SISTEMAS
FUNCIONAIS E
ESPACIAIS



10
ORIENTADO
POR DADOS E
BASEADO EM
EVIDÊNCIAS



9
ENVOLVIMENTO
PARTICIPATIVO

Infraestrutura, tecnologia e sistemas de comunicação

- 1. Construir sistemas de transporte, infraestrutura e serviços urbano-rurais sustentáveis e resilientes** priorizando aspectos tais como multimodalidade¹⁸, transporte público acessível e transporte de carga verdes. Realizar análise integrada de infraestrutura e serviços urbano-rurais para identificar as respectivas necessidades e desafios da população. A análise ajudará na antecipação de tensões e compromissos de planejamento dependendo da capacidade do território e a gestão sustentável de recursos naturais locais e biodiversidade.
- 2. Utilizar análise participativa para conectar setores e incluir as populações que enfrentam maiores desafios de mobilidade.** Esta análise deve ajudar a construir sistemas de transporte e infraestruturas mais sustentáveis e resilientes para melhorar o bem-estar das pessoas e permitir a mobilidade de produtos e serviços. Isso pode beneficiar particularmente empreendimentos de micro, pequena e média escala (MPMEs).
- 3. Alavancar tecnologias e inovações para criar oportunidades igualitárias e promover cidades, comunidades¹⁹ e soluções inteligentes** para melhoria da conectividade e integração entre áreas urbanas e rurais. Isso deve auxiliar os pequenos agricultores, por exemplo, na obtenção de novas ideias e informações, conexões com mercados para produção e na facilitação do acesso às indústrias de processamento e oportunidades de exportação, dentre outros. Isso deve facilitar o fluxo de qualquer outra informação que permita a funcionalidade de fluxos entre as áreas urbanas e rurais.



4. Construir com base em dados compartilhados e desagregados de fluxos espaciais dinâmicos para conjuntamente planejar, financiar e construir infraestrutura para água e saneamento, rodovias e transporte, eletricidade e comunicações em territórios urbano-rurais. Considerando que um foco único na infraestrutura para novos desenvolvimentos usualmente eleva o valor da terra e resulta em vendas de terras e remoções forçadas, a mitigação e contra- incentivos devem ser explorados. Estas medidas protetoras podem incluir a transferência de direitos de desenvolvimento e medidas para reconhecer e proteger os direitos de grupos vulneráveis, já que as reivindicações de terra destes grupos podem ser costumeiras.



5. Implementar mobilidade humana territorial integrada e sistemas de distribuição de produtos para se tornar mais inclusivo e integrado. Devem haver estruturas de governança adequadas para o propósito, comunicação móvel e redes e plataformas de TIC para acelerar o desenvolvimento econômico. A criação de autoridades de transporte metropolitano e alianças entre operadores privados, públicos e comunitários, por exemplo, pode ser a base para sistemas de transporte integrado.





6
BASEADO
NOS DIREITOS
HUMANOS



7
NÃO PREJUDICAR
E FORNECER
PROTEÇÃO SOCIAL



8
AMBIENTALMENTE
SENSÍVEL

Abordagens integradas para segurança alimentar, nutrição e saúde pública

- 1. Utilizar os sistemas de segurança de agricultura e alimentar, água, energia e saúde e as funções de seu ecossistema fundamental como estruturas de unificação para fortalecer sinergias urbanas e rurais.** Isso pode ser feito através de relações sociais e mercadológicas entre os produtores de alimentos em todas as escalas, intermediários tais como atores da cadeia de abastecimento de alimentos e todos os consumidores de alimentos. Apoiar empreendimentos locais agrícolas e não agrícolas e alavancar a produção e dietas de alimentos locais para promover segurança alimentar e nutrição. Integrar questões de saúde, migração, importação de alimentos, mudança climática e conflitos com criação de empregos e financiamento para serviços do ecossistema. Isso pode promover e proteger a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, ampliar a segurança alimentar, aprimorar a nutrição e tratar da igualdade de gênero, etc
- 2. Integrar a saúde e o bem-estar, incluindo questões de segurança alimentar e nutrição, através de todo o planejamento de serviços públicos.** É necessário garantir que todas as iniciativas, políticas e programas para o planejamento territorial integrado avaliem os potenciais impactos positivos e negativos à saúde. Dar atenção especial aos grupos mais vulneráveis nas cidades e em particular nas favelas, onde a segurança alimentar e a nutrição, o acesso a serviços de saúde e saneamento são desafios. Reconhecer que a incorporação de ações efetivas para criar empregos e melhorar as condições de trabalho em áreas rurais contribui para a subsistência dos administradores e protetores dos ecossistemas. Isso então contribui para a segurança alimentar e nutrição das populações rurais e urbanas.



3. Avaliar a qualidade e desempenho das abordagens do sistema alimentar territorial²⁰ para conectar a segurança alimentar e dietas saudáveis à terra, água, resíduos, saúde, etc. Isso deve incluir a integração de sistemas de proteção social para os pobres que também apoiam os pequenos agricultores, atores da cadeia de alimentos local e consumidores nos mercados territoriais. Estes sistemas melhoram a qualidade nutricional, acessibilidade, disponibilidade, diversidade, segurança e sustentabilidade da cadeia de alimentos e consumo.



4. Adaptar marcos de ação, tais como aquelas desenvolvidas pelas redes de cidades, governos nacionais, agências das Nações Unidas e outros parceiros, para aprender com e aplicar inovações para fortalecer os sistemas de alimentos urbanos e territoriais (e.g. o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana). As políticas e práticas devem garantir que os sistemas de alimentação forneçam alimentos nutritivos e seguros e tratem da importância da segurança da posse de terra e acesso à água para pequenos produtores rurais e urbanos. Fornecer serviços de extensão e de consultoria e investimentos aos pequenos produtores para produzir e comercializar alimentos nutritivos e seguros de forma sustentável, lucrativa e local.



5. Utilizar o serviço institucional de alimentos (escolas, hospitais, etc.) como uma alavanca para ampliar o acesso a dietas sustentáveis e saudáveis ao fornecer mercados aos pequenos produtores. Reformular os regulamentos públicos de serviço alimentar e compras para responder aos objetivos sustentáveis. Isso deve permitir o fornecimento de alimentos nutritivos e seguros pela produção sazonal regional, ampliar a visibilidade e conscientização da subsistência rural em áreas urbanas, reconhecer o conhecimento e experiência indígena, preservar os ambientes e terras regionais e melhorar a subsistência e economias locais em áreas rurais desfavorecidas.



6. Instituir intervenções políticas que combatam efetivamente todas as formas de desnutrição (isto é, a presença de desnutrição, deficiências de vitaminas e/ou minerais e a presença de excesso de peso ou obesidade). Dos 15 principais riscos de doenças em 2017,



quatro são dietéticos (uso de álcool, poucos grãos, alto sódio e poucas frutas). Outros sete são indicadores nutricionais ou de saúde que são altamente responsivos à dieta. O investimento em medidas para tratar da desnutrição pode impactar significativamente a saúde, reduzir os custos com assistência médica e está conectado com uma melhor produtividade. Concentrar a atenção em tornar a nutrição e a segurança alimentar mais acessível, disponível e desejável por meio da colaboração com parceiros de sistemas alimentares para soluções em todos os níveis da cadeia alimentar, do ambiente de alimentos e do consumidor. Começar com a promoção de dietas locais e a produção local de alimentos diversificados e nutritivos como uma estratégia de baixo custo para reduzir doenças não transmissíveis. Isso também irá gerar emprego e renda para grupos de baixa renda (e.g. povos indígenas, jovens, mulheres, migrantes, etc.).



- 7. Aplicar abordagens sistemáticas para entender como as complexas conexões urbano-rurais modificam os riscos à saúde** (incluindo doenças infecciosas e não transmissíveis, segurança alimentar, insegurança de nutrição alimentar e desnutrição) e/ou levar a impactos intersetoriais à saúde. Identificar os pontos de alavancagem para ações e análises com base no envolvimento participativo.





Impacto ambiental, e recursos naturais e gestão do solo

- 1. Realizar avaliações participativas e com diversas partes interessadas e estabelecer sistemas de monitoramento** para identificar os impactos ambientais e sanitários da urbanização e/ou migração no continuum urbano-rural. Isso deve envolver diferentes níveis do governo. A meta de uma avaliação deve ser a redução dos riscos e encargos desiguais e a promoção de abordagens baseadas no ecossistema para o planejamento e gestão de desenvolvimento sustentável. Os mecanismos e incentivos de financiamento para compensação justa para serviços do ecossistema entre áreas rurais e urbanas devem considerar que as terras mais férteis e produtivas do mundo estão, em geral, no caminho da rápida urbanização.
- 2. Garantir adesão às regras, regulamentos e diretrizes existentes sobre a segurança de posse da terra,** por exemplo, através das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e das florestas (DVGT) e Investimento Agrícola Responsável, no contexto das conexões urbano-rurais. Terra e água são centrais para todo o desenvolvimento e são a causa de conflitos entre atores de áreas urbanas e rurais, assim como em escalas supranacionais. Maior transparência e atenção à igualdade no acesso seguro e na posse de terra devem ser o foco dos sistemas de governança relacionados ao desenvolvimento territorial integrado, incluindo os direitos à terra e à água e sistemas de propriedade costumeiros e tradicionais.
- 3. Incorporar a gestão integrada da paisagem em planos de desenvolvimento territorial** e apoiar produtores primários e pequenos produtores para serem administradores dos serviços do



ecossistema para proteger os recursos naturais e a biodiversidade (incluindo biodiversidade agrícola). Permitir estratégias para controle de inundações e contenção de choques microclimáticos. Isso pode ser feito através do reconhecimento e da compensação justa para o fornecimento de água e ar limpos, a reciclagem de nutrientes e a redução de resíduos.



4. Desenvolver e implementar políticas e programas para conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo zonas úmidas integradas, florestas, montanhas e bacias hidrográficas, assim como acordos recíprocos sobre água e outras ferramentas, para seus serviços de segurança da água e filtragem.



5. Utilizar abordagens sistemáticas e estruturas de economia circular²¹ para ligar e priorizar intervenções que integram resiliência às mudanças climáticas, promover a biodiversidade, proteger as funções do ecossistema e recursos naturais e permitir uma transição bem-sucedida para o consumo sustentável e a produção. Exemplos de sinergia urbana-rural na economia circular são a reciclagem, o reuso e remediação no nível da paisagem (incluindo solo, água, flora e fauna) ou reuso de resíduos e energia no continuum urbano-rural. A integração de ambientes naturais e construídos através de soluções baseadas na natureza, tais como adaptação baseada no ecossistema para mudança climática, promoverá a sustentabilidade, viabilidade, produtividade e resiliência.



6. Estabelecer sistemas de compra de produtos e serviços que encorajam e/ou exigem o uso sustentável e gestão de recursos naturais para múltiplos benefícios econômicos e ao ecossistema. Isso deve incluir o cumprimento das exigências de vilas e cidades que podem ser atendidas por produtores periurbanos e rurais. Sistemas de produção natural, baseados em recursos, e suas ligações aos serviços e fabricação são tanto consequências quanto causas das mudanças



climáticas. Intervenções políticas que encorajam dietas variadas e enfatizam as fontes de proteínas baseadas em plantas (especialmente leguminosas), por exemplo, não serão apenas melhores para a nutrição humana, mas também reduzirão os custos ambientais de produção (e.g. emissões de GEE, poluição de águas subterrâneas e uso do solo).

- 7. Garantir processos de tomada de decisão transparentes e abrangentes** para investimentos que têm um impacto ambiental, de saúde e social direto ou indireto, em particular nas mudanças climáticas e na mitigação de desastres.





2
GOVERNANÇA
INTEGRADA



6
BASEADO
NOS DIREITOS
HUMANOS



8
AMBIENTALMENTE
SENSÍVEL

K

O continuum urbano-rural diante de conflitos e desastres

- 1. Realizar avaliação de riscos de deslocamentos, conflitos, desastres naturais, choques econômicos, desastres ambientais e surtos de doenças transmissíveis**, que podem ter um impacto imediato em territórios específicos e suas populações urbanas e rurais (particularmente aqueles relacionados às mudanças climáticas).
- 2. Investir na proteção das funções e serviços do ecossistema de cidades periurbanas e próximas a áreas rurais** para melhorar a resiliência e fornecer serviços básicos na preparação e na recuperação de desastres. Estas áreas usualmente são as linhas de frente de desastres e conflitos. Instituir esforços de mitigação pré-desastre e pós-desastre/ conflito para aprimorar a resiliência de sistemas de transporte, energia, informações, saúde, alimentos e água.
- 3. Estabelecer um sistema de preparação para emergências para fortalecer a resiliência a choques e crises**, para garantir o acesso a serviços. Isso deve incluir alimentação e nutrição, saúde, água, saneamento e higiene (WASH), educação e energia. Desenvolver sistemas de alerta precoce multissetoriais que beneficiam populações urbanas e rurais dentro de territórios específicos.
- 4. Projetar e executar programas, políticas e projetos de assistência humanitária e cultural apropriados para contribuir para conexões urbano-rurais mais efetivas.** Habilitar comunidades, especialmente grupos de mulheres, para serem atores cooperativos de recuperação e reabilitação melhor equipados para enfrentar crises prolongadas.



5. Desenvolver estratégias urbano-rurais cooperativas para mitigar ou responder a crises.

Isso pode incluir ferramentas como instrumentos de compartilhamento e transferência de riscos, facilitação de transferência de dinheiro para refugiados e comunidades anfitriãs em situações de conflito, ferramentas de avaliação e monitoramento de segurança alimentar e nutrição assim como intervenções transformadoras focadas em gênero, dentre outros. Por exemplo, promover dietas locais e proporcionar empregos e renda a produtores de pequena escala ajudam a prevenir determinantes ambientais e sociais de desastres e conflitos.



6. Desenvolver e implementar intervenções personalizadas que promovem a colaboração entre governos locais, governos nacionais e organizações/doadores internacionais.

Isso permitirá conexões urbano-rurais mutuamente benéficas e equitativas no contexto de situações frágeis e crises prolongadas. Estas intervenções devem ser baseadas nos princípios de ação humanitária e na estrutura de ação do Comitê da Segurança Alimentar Mundial (CSA) para segurança alimentar e nutrição em crises prolongadas. A construção de resiliência de longo prazo deve ser conectada às respostas humanitárias e ser reconhecida como decisiva para evitar sair de uma crise para outra. Igualdade, resiliência e oportunidades ampliadas para todos no continuum rural-urbano em diversos casos reduz o risco e o impacto de conflitos ou desastres.





PARTE 3

Anexos



PARTE 3. Anexos

Anexo 1. Projecto de Resolução



UN HABITAT

| | |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|
| NAÇÕES UNIDAS | HSP |
| Assaembliá do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos | HSP/HA/1/L.8 Distr.: Limitado 30 de Maio 2019 Original: Ingles |

Assaembliá do Programa de Nações Unidas para Assentamentos Humanos Primeira sessão

Nairobi, 27–31 de Maio 2019

PROJECTO DE RESOLUÇÃO 1/[]: REFORÇAR AS CONEXÕES URBANO-RURAIS PARA UMA URBANIZAÇÃO E ASSENTAMENTOS HUMANOS SUSTENTÁVEIS

A Assembleia ONU-HABITAT,

- » **Congratulado-se** com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹ como um quadro para a acção internacional, regional, nacional e local, e com o compromisso dos Estados Membros de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,
- » **Recordando** a Agenda de Acção de Addis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento²,
- » **Recordando também a Nova Agenda Urbana**³ como um instrumento fundamental para alcançar assentamentos urbanos e humanos seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis,
- » **Recordando ainda** a resolução 19/10 de 9 de Maio de 2003 do Conselho dos Governadores do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) sobre conexões urbano-rurais e urbanização sustentável,

1 A/RES/70/1.

2 A/RES/69/313, annex.

3 A/RES/71/256, annex.

- » **Recordando** a resolução 25/1 do Conselho Administrativo do 23 de Abril de 2015, em que o Conselho solicitou ao Diretor Executivo da UN-Habitat que desenvolvesse ferramentas e divulgasse boas práticas para promover conexões urbano-rurais por meio de planeamento integrado regional e territorial, trabalhando em estreita colaboração com outras organizações intergovernamentais e partes interessadas,
- » **Recordando também** a nona sessão do Fórum Urbano Mundial, que teve como objetivo localizar e ampliar a implementação da Nova Agenda Urbana, a fim de acelerar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.,

*Tomando nota da publicação **Conexões Urbano-Rurais: Princípios Orientadores: Marco de Acção para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado**⁴*

1. **Solicita** ao Diretor-Executivo que, em consulta com instituições internacionais e regionais relevantes, desenvolva mecanismos, no âmbito dos recursos disponíveis, para melhorar as conexões urbano-rurais e solicita a Junta Executiva da UN-Habitat a considerar possíveis opções de implementação;
2. **Encoraja fortemente** os Estados Membros a levar em conta as conexões urbano-rurais nas suas respectivas políticas e processos de planeamento sobre o desenvolvimento nacional e subnacional, ao fim de fortalecer os vínculos econômicos, sociais e ambientais entre as áreas urbanas, periurbanas e rurais, incluindo seus territórios circundantes;
3. **Solicita** ao Diretor Executivo, no âmbito dos recursos disponíveis, que sensibilize os Estados-Membros e as autoridades locais para o impacto das conexões urbano-rurais na urbanização sustentável, na coesão territorial e no desenvolvimento nacional;
4. **Solicita também** ao Diretor-Executivo, em cooperação com os parceiros apropriados, que divulgue e compartilhe boas práticas e políticas relacionadas ao impacto das conexões urbano-rurais que poderiam ser replicadas em outros países;
5. **Solicita ainda** ao Diretor-Executivo que, em consulta com os parceiros apropriados e dentro do escopo dos recursos disponíveis, auxilie os Estados Membros, sub pedido, no desenvolvimento de políticas e programas para abordar a migração das áreas rurais para as áreas urbanas;
6. **Solicita** ao Diretor Executivo que apresente, por intermédio da Junta Executiva, um relatório à Assembleia de Habitat das Nações Unidas em sua segunda sessão sobre o progresso na implementação da presente resolução.

4 [referência para vir]



Os Princípios Orientadores e a Marco de Ação são originados de diversas fontes incluindo estudos de caso e experiências ao redor do mundo, decisões políticas e relatórios das agências da ONU, governo e pesquisadores acadêmicos, reuniões de especialistas de diversas partes interessadas (multistakeholder), consultas regionais assim como contribuições de redes de cidades, especialistas acadêmicos e da sociedade civil. O GP-URL é um documento vivo e a literatura sobre assuntos relacionados está crescendo rápido. A seguir estão alguns dos principais termos encontrados nos Princípios Orientadores e no Marco de Ação e as fontes relacionadas para outras leituras. Documentos de referência extras podem ser adicionados ao website do projeto. Consulte em <https://urbanrurallinkages.wordpress.com/resources-case-studies-and-readinds/>

1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Subsequentes aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), os ODS foram lançados como centrais na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em 2015. O ODS 11 “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” se relaciona à maioria dos outros 16 ODS, e a meta (ODS 11a) aborda especificamente a integração do desenvolvimento sustentável urbano, periurbano e rural. Para mais informações sobre os ODS e a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável, consulte: <https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs>.

2. Nova Agenda Urbana (NAU): Um modelo para a urbanização sustentável, a Nova Agenda Urbana foi o produto da Habitat III, lançado em 2016, um ano após o lançamento dos ODS. A Nova Agenda Urbana aborda e expande o ODS 11 e suas metas e indicadores. As conexões urbano-rurais são referidas através da NAU como um importante componente do planejamento e desenvolvimento urbano e territorial integrado. Para mais informações sobre a NAU, consulte: <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>

3. Outras estruturas globais internacionais: Embora a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a Nova Agenda Urbana tenham a maior relevância para os propósitos dos Princípios Orientadores e a Marco de Ação, existem outros marcos globais acordados pelos Estados-membros das Nações Unidas que também envolvem direta ou indiretamente as conexões urbano-rurais ou o desenvolvimento territorial. Estes outros marcos incluem a Agenda de Ação de Addis Ababa para a Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (2015), o Grupo Consultivo de Alto Nível sobre Transporte

Sustentável (2014), o Protocolo de Kyoto (2005), o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030), o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas (2016), a Década de Ação sobre Nutrição da ONU de 2016-2025, a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes (2016) e as Convenções das Nações Unidas sobre Desertificação, Biodiversidade e Mudanças Climáticas (1992), dentre outras.

4. O Desenvolvimento Territorial Integrado é

englobado na NAU com o reconhecimento de que os processos de urbanização, com a política de suporte e planejamento do uso do solo, incluem necessariamente uma dimensão territorial. Uma dimensão territorial ou abordagem territorial enfatiza a interconexão funcional e espacial de áreas urbanas, periurbanas e rurais, formando um continuum rural-urbano. Uma análise abrangente e a articulação do conceito de territórios funcionais para reduzir desigualdades regionais pode ser encontrada no estudo do RIMISP, “*Conexões Rurais-Urbanas Inclusivas*”: https://www.researchgate.net/publication/270899633_Inclusive_Rural-Urban_Linkages.

Uma abordagem mais extensa sobre o tópico pode ser encontrada no artigo recente intitulado “*Perspectivas Territoriais para o Desenvolvimento (TP4D)*”, encontrado em https://collaboratif.cirad.fr/alfresco/s/d/workspace/SpacesStore/6daa60e1-d89e-4a59-9bfd-ff5f66a93130/TP4D_vENG.pdf

5. Conexões Urbano-Rurais: O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) trabalha rumo a um futuro urbano melhor, porém reconheceu há mais de 40 anos que o urbano e o rural são interdependentes e ressaltou a importância das conexões urbano-rurais. Outras agências das Nações Unidas e parceiros de desenvolvimento que trabalham na direção de um futuro rural melhor, tais como as agências de alimentos sediadas em Roma, usualmente abordam estas conexões como rurais-urbanas. Outros termos em uso incluem continuum urbano-rural, sinergias rurais-urbanas, desenvolvimento territorial integrado, territórios funcionais ou desenvolvimento regional que combinam planejamento e desenvolvimento urbano, periurbano e rural.

As conexões urbano-rurais é o mais comumente usado e é o termo utilizado nos Princípios Orientadores e na Marco de Ação. O relatório mais recente da abordagem do ONU-Habitat para Implementação da Nova Agenda Urbana através do Fortalecimento das Conexões Urbano-Rurais pode ser encontrado aqui: https://urbanrurallinkages.files.wordpress.com/2018/01/urban-rural-linkages-for-implementing-the-new-urban-agenda_08112017_spreads.pdf

6. Transformação Rural Inclusiva é um processo no qual o aumento da produtividade agrícola, o aumento nos excedentes comercializáveis, a expansão de oportunidades de emprego fora das fazendas, o melhor acesso aos serviços e infraestrutura e a capacidade



de influenciar a política levam a melhores meios de subsistência e de crescimento inclusivo. Para mais informações, consulte o Relatório de Desenvolvimento Rural: Fomentando a transformação rural inclusiva do FIDA de 2016 em: https://www.ifad.org/documents/30600024/30604585/RDR_OVERVIEW_WEB.pdf/e8e9e986-2fd9-4ec4-8fe3-77e99af934c4

7. Sistemas de cidades são as “redes de interações humanas e suas conexões com os ambientes construídos e naturais.” (Chase-Dunn, Christopher; Jorgenson, Andrew. *Sistemas de Assentamentos: Passado e Presente*. Instituto de Pesquisa em Sistemas Mundiais, Universidade da Califórnia, Riverside. <https://irows.ucr.edu/research/citemp/setsys/setsys.htm>).

Um sistema de cidades refere-se à noção de interconexão funcional e espacial entre cidades e vilas em uma região, cada uma delas atuando como um nó em uma rede de cidades. Esta noção é particularmente interessante devido às funções complementares (em termos de tamanho, população, função, serviços, recursos e governança) que cada cidade pode fornecer ao restante da rede, permitindo que o sistema de cidades se beneficie com as economias de aglomeração.

8. As Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (IG-UTP) foram desenvolvidas como uma estrutura para o suporte e o fortalecimento do planejamento espacial em todos os níveis de governança. Elas foram adotadas pelo

Conselho de Governança do ONU-Habitat em 2015 e referenciadas na NAU. Para mais informações, consulte: <https://unhabitat.org/books/international-guidelines-on-urban-and-territorial-planning-ig-utp-handbook/>.

9. As Políticas Nacionais Urbanas (PNU) são um meio primário de implementação da Nova Agenda Urbana. De acordo com o ONU-Habitat, as PNU são: “um conjunto coerente de decisões derivadas através de um processo governamental deliberado de coordenação e mobilização de diversos atores para uma visão e meta comuns que promoverão o desenvolvimento urbano mais transformador, produtivo, inclusivo e resiliente para o longo prazo (ONU-Habitat, 2015. Política Nacional Urbana: um quadro de orientação. Nairóbi).

As conexões urbano-rurais podem ser um forte componente das políticas urbanas nacionais, conforme os países têm demonstrado em diferentes regiões. O desenvolvimento dos Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais (GP-URL) foi pensado para apoiar os governos em todos os níveis a vincular o desenvolvimento sustentável nacional e as políticas urbanas, enquanto fortalece as conexões urbano-rurais para promover o desenvolvimento territorial integrado. Para mais informações sobre a relação das PNU e do GP-URL, consulte a Política Nacional Urbana: um quadro de orientação em <https://unhabitat.org/books/national-urban-policy-a-guiding-framework/>.



10. Princípios do Eco-92 e da Rio+20:

a. “A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento adotada por 178 Estados-Membros em 1992 na Cúpula da Terra, foi percebida na época como uma declaração gradual por todas as nações que consagraram o reconhecimento da indivisibilidade do destino da humanidade ao da Terra e inseriu o desenvolvimento sustentável no direito internacional.

A Declaração, um conjunto compacto de 27 princípios, promoveu princípios como a centralidade dos seres humanos para as questões de desenvolvimento sustentável (Princípio 1); a primazia da erradicação da pobreza (Princípio 5); a importância do meio ambiente para as gerações atuais e futuras e sua relação direta com o desenvolvimento (Princípios 3 e 4) [...]” (Revisão da Implementação dos Princípios do Rio, Nações Unidas, p. 1, <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1127rioprinciples.pdf>).

b. A Conferência Rio+20 foi realizada vinte anos depois da primeira conferência no Brasil, em 2012 para renovar o compromisso dos Estados-Membros com os princípios da Declaração do Rio e ademais definir o melhor caminho rumo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, produzindo o “Futuro que Queremos” como o resultado final e a base para a Agenda 2030. Para mais informações, acesse: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>

11. **Populações vulneráveis**, também referidas como grupos marginalizados ou em risco, são grupos populacionais com alta vulnerabilidade. A vulnerabilidade é definida como “o grau no qual uma população, indivíduo ou organização é incapaz de antecipar, enfrentar, resistir e se recuperar dos impactos de desastres”. (Saúde ambiental em emergências e desastres: um guia prático. OMS, 2002). Colaboradores dos Princípios Orientadores, especificamente mulheres, povos indígenas, crianças, jovens, idosos, moradores de assentamentos informais, pequenos produtores e os deslocados forçados, dentre outros, estão em risco de serem deixados para trás. O grau de vulnerabilidade ou marginalização destes ou outros atores depende de contextos históricos e politicamente diferentes. A avaliação de atores e setores historicamente excluídos e quem precisa ser incluído é uma das primeiras etapas para a realização de qualquer processo efetivamente participativo. Leia mais em: https://www.who.int/environmental_health_emergencies/vulnerable_groups/en/.

12. **“A abordagem que envolve todo o governo** (“*whole of government*”) é aquela em que as agências de serviços públicos trabalham além dos limites de seus portfólios, formal e informalmente, para atingir objetivos compartilhados e uma resposta governamental integrada a questões em particular. Objetiva atingir coerência política de forma a aprimorar a



efetividade e a eficiência. Esta abordagem é uma resposta à departamentalização que foca não apenas em políticas, mas também na gestão de programas e projetos.” (Fonte: WHA A68/17, footnote 2).

13. Mecanismo financeiro é um “método ou fonte através do qual o financiamento é disponibilizado, tal como empréstimos bancários, emissão de títulos ou ações, reservas ou economias, receita de vendas.” Disponível em: <http://www.businessdictionary.com/definition/financial-mechanism.html>.

14. Instrumentos financeiros são contratos monetários entre partes. Eles podem ser criados, negociados, modificados e liquidados. Eles podem ser em dinheiro (moeda), evidência de um interesse de propriedade em uma entidade (ações) ou um direito contratual para receber ou entregar dinheiro (título). Leia mais em: <https://www.iasplus.com/en/standards/ifrs/ifrs9>.

15. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) ou pagamentos por serviços do ecossistema “ocorrem quando um beneficiário, usuário ou um serviço do ecossistema realiza um pagamento direto ou indireto ao prestador deste serviço. A ideia é que todos aqueles que preservam ou mantêm um serviço do ecossistema devem ser pagos por fazê-lo”. Para mais informações, consulte: <http://www.undp.org/content/sdfinance/en/home/solutions/payments-for-ecosystem-services.html>.

16. Parcerias Urbano-Rurais: Princípio Orientador 5, Parcerias Equilibradas, está aponta para parcerias inclusivas, participativas e adaptáveis. Diferentes mecanismos, alianças e associações para fortalecer as conexões urbano-rurais através da Marco de Ação. O relatório da OCDE sobre “Parcerias Rurais-Urbanas – Uma Abordagem Integrada ao Desenvolvimento Econômico” apresenta uma boa visão geral sobre o assunto e pode ser encontrada em <http://www.oecd.org/development/rural-urban-partnerships-an-integrated-approach-to-economic-development.htm>.

17. Metabolismo urbano analisa como as áreas urbanas funcionam em termos de fluxos de recursos (incluindo alimentos, água, resíduos, energia, etc.) e suas infraestruturas fundamentais. O metabolismo urbano permite entender a relação entre as atividades humanas e o ambiente construído a partir de uma perspectiva de sistemas, ajudando as cidades e regiões da cidade na avaliação do uso atual de recursos e identificação de caminhos para aprimoramento. Para mais informações, consulte: <https://www.urbanmetabolism.org>.

18. Planejamento de Transporte Multimodal: O planejamento multimodal refere-se ao planejamento de transporte e uso do solo que considera opções diversas de transporte, geralmente incluindo caminhada, ciclismo, transporte público e automóveis, e é responsável por fatores de uso do solo que afetam a acessibilidade. Para mais informações, consulte: http://www.vtpi.org/multimodal_planning.pdf.



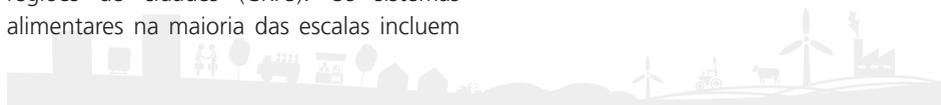
19. Vila Inteligente (“Smart Village”):

A Comissão Europeia descreve as Vilas Inteligentes da seguinte forma: “O conceito emergente de Vilas Inteligentes refere-se a áreas e comunidades rurais construídas com base em seus pontos fortes e ativos assim como no desenvolvimento de novas oportunidades. Nas Vilas Inteligentes, as redes e serviços tradicionais e novos são aprimorados através de meios digitais, tecnologias de telecomunicação, inovações e o melhor uso do conhecimento, para o benefício dos habitantes e das empresas. As tecnologias e inovações digitais podem apoiar a qualidade de vida, melhorar o padrão de vida, serviços públicos para os cidadãos, melhor uso dos recursos, menos impacto ao meio ambiente e novas oportunidades para cadeias de valor rural em termos de produtos e processos aprimorados.” Para mais informações, consulte: Ações da UE para Vilas Inteligentes, Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/rural-development-2014-2020/looking-ahead/rur-dev-small-villages_en.pdf.

20. Sistemas Alimentares são definidos pela FAO como englobando todos os estágios de nos manter alimentados: cultivo, colheita, embalagem, processamento, transformação, comercialização, consumo e descarte de alimentos (para mais informações sobre as definições da FAO, consulte: <http://www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>). Os sistemas alimentares locais e regionais são também referidos como sistemas alimentares territoriais ou sistemas alimentares de regiões de cidades (CRFS). Os sistemas alimentares na maioria das escalas incluem

conexões urbano-rurais e a transformação para os sistemas de alimentos sustentáveis exigirá a integração da urbanização e a transformação rural. Para mais informações sobre transformação do sistema alimentar, consulte: <http://www.fao.org/cfs/cfs-home/plenary/cfs43/side-events/51/en/>.

21. Economia Circular é definida como “um sistema regenerador em que o uso de recursos e os resíduos, emissões e desperdícios de energia são minimizados pela redução, fechamento e estreitamento dos circuitos de energia e materiais”. (Geissdoerfer, Martin; Savaget, Paulo; Bocken, Nancy M. P.; Hultink, Erik Jan (2017-02-01). “A Economia Circular – Um novo paradigma de sustentabilidade?”, *Jornal de Produção Mais Limpa*. 143: 757–768. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652616321023>). Aplicada às conexões urbano-rurais, a economia circular tem ampla relevância em termos de fluxos recíprocos de produtos e serviços, por exemplo, os fluxos circulares de alimentos e produtos de fibra para o pós-consumo de materiais recicláveis e reutilizáveis.



Anexo 3. Lista de parceiros institucionais

Mais de 125 indivíduos, instituições e especialistas participaram no desenvolvimento dos Princípios Orientadores e da Marco de Ação - representando governos nacionais, regionais e locais, agências das Nações Unidas, organizações de desenvolvimento internacional, organizações acadêmicas e de pesquisa, organizações não governamentais, da sociedade civil e do setor privado e especialistas em desenvolvimento internacional.

Nações Unidas e Órgãos de Tratados

| | | |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| Convenção sobre a Diversidade Biológica | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) |
| Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente) | Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Regional (UNCRD) | Comissão Econômica das Nações Unidas para África (CEA) |
| Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) | Programa Alimentar Mundial (PMA) | Organização Mundial da Saúde (OMS) |

Organizações de Desenvolvimento Internacional



Governos Nacionais



Associações de Autoridades Locais

Associação de Planejadores da Commonwealth (CAP)



Organizações Não Governamentais e da Sociedade Civil



FIAN International



Jamaica Network of Rural
Women Producers



URGENCI

Organizações Acadêmicas, de Pesquisa e Privadas



Centro para Sistemas de
Alimentos Sustentáveis,
Universidade Wilfrid Laurier

Centro Johns Hopkins
para um Futuro
Habitável



3 ideas



Anexo 4. Eventos das Conexões Urbano-Rurais

Reunião do Grupo Especialista em Montería, Colômbia, 27-28 de outubro de 2015

Sarfaraz Alam

Maruxa Cardama

Antonella Contin

Rafael Forero

Muhammad Juma

Louis Roger Manga

Joaquín Pardo

Ana Claudia Rossbach

Remy Sietchiping

Chikako Takase

Pedro Amaral

Edgar Cataño

Consuelo de Rincon

Thomas Forster

Jackson Kago

Joseph Nasr

Christine Platt

Cesar M. Salcedo

Li Sun

Elkin Velasquez

Sergio Blanco

Innocent Chirisa

Francisco Díaz Gomez

Claudia Hoshino

Roberto Lippi

Sonia Orjuela Parra

Carolina Romero

Guido Santini

David Suttie

Xing Quan Zhang

Patrocinadores



Documentos finais



Montería Communiqué



Projeto do Relatório de Montería



Primeira Sessão de Trabalho WUF9 de Kuala Lumpur, 10 de fevereiro de 2018

Charles Baraka Mwau

Lucie Charles

Chris Dekki

Thomas Forster

Sharon Gil

Chin Kok Fay

Fabienne Moust

Pedro B. Ortiz

Barbara Scholz

Zeinab Tag-Eldeen

Kerrie Burge

Antonella Contin

Jorge Fonseca

Anne Marguerite Fouda Owoudi

Carola Gunnarsson

Stephanie Loose

Rama Nimri

Herman Pienaar

Remy Sietchiping

Maruxa Cardama

Mildred Crawford

Rafael Forero

Alessandro Frigerio

David Kitenge

Tadashi Matsumoto

Tori Okner

Christine Platt

David Suttie

Documentos finais



Relatório da Primeira Sessão de Trabalho WUF9



Reunião do Grupo Especialista de La Paz, 19-20 de junho de 2018

| | | |
|--------------------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Rosmary Amezegrosa | Abraham W. Apaza Condori | Fatou Aris |
| José Guillermo Bazoberry Chali | Carlos Blanco | Jaime Berdugo |
| Stephen Blighton | Nicolayeb Brun | Sergio Blanco |
| Vania Calle | Augusto Castro | Juan Cabrera |
| Carla Camacho | Daniela Clavijo | Edgar Cataño Sanchez |
| Bianca de Marchi Moyano | Javier Delgadillo | Antonella Contin |
| Fabui Egar | Boris Fernandez | Florence Egal |
| Rafael Forero | Thomas Forster | Jorge Ferrufino Barboza |
| Maribel Gutierrez | Pablo Hernan Cruz | Arthur Getz Escudero |
| Stephanie Loose | Liliana Lorini | Horacio Juan Calle |
| Huascar Morales Quintela | Hugo A. Muñoz U. | Anelize Melendez |
| Maria Teresa Nogales | Efren Osorio | Alessandro Musseta |
| Lourdes Parrado | Diego Pemintel | Mariana Ottich |
| Alberto José Rivera Pizarro | Jhanira Rodriguez | René Augusto Pereira Morató |
| Jorge Antonio Sainz Cardona | Elizabeth Salguero | Remy Sietchiping |
| Gloria Torrez | Josue Miguel Silva Paco | Ruvi Suarez |
| Jorge Valezuela | Ariel Torrico | Patricia Urquieta C. |
| Darf Vargas Baltron | Helio Vanderlei | Dan Delvi Vargas Beltran |
| Viviana Zamora | Alan Vera | Belen Zamora |

Patrocinadores



Documentos finais



Relatório EGM



Principais Mensagens para os
Decisores Políticos



La Paz Communiqué



Oficina de Conscientização Regional de Nairóbi, 18-19 de setembro de 2018

| | | |
|------------------------|------------------------|--------------------------------|
| Abdoulaye Diouf | Frédéric Happi Mangoua | Mohammed Habib |
| Ali Haji Khamis | Jack Jones Zulu | Mohammed Said Gharib |
| Anne Marguerite Fouda | Jacquinot Voundi | Nene Mariama Balde |
| Owoudi | Jonn S. Dawaba | Ramsés Alejandro Grande Fraile |
| Arthur Getz Escudero | Jorge Fonseca | Abdul Husain |
| Choudhury Rudra Charan | Lamine Sidibe | Remy Sietchiping |
| Mohanty | Lucie Charles | Sédric Tioboó |
| David Suttie | Meembo Changula | Stephanie Loose |
| Edna Deimi Tobi | Mohamed Sikhe Camara | Usman Alhaji Liman |

Patrocinadores

A Oficina de Conscientização Regional ocorreu dentro do projeto de Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas “Não Deixando Ninguém para Trás: Fortalecimento das Conexões Urbano-Rurais na África”

Documentos finais



Relatório da Oficina de Conscientização Regional



Em diversos países, a conexão entre áreas rurais e urbanas é uma área de foco progressivamente importante para os planos de desenvolvimento sustentável. Há também um acordo geral de que qualquer desenvolvimento de áreas urbanas, periurbanas e rurais será “integrado”. Com as crescentes taxas de urbanização, existe certa urgência no entendimento da natureza das conexões urbano-rurais no território e como as comunidades cujas vidas serão afetadas podem fazer parte do processo de desenvolvimento.

Os Princípios Orientadores aqui destacados são baseados na premissa de que as áreas urbanas e rurais não devem ser tratadas como entidades separadas quando planos, políticas e estratégias de desenvolvimento são feitos. Em vez disso, o objetivo é fortalecer o potencial que sua sinergia combinada gera, de forma que todos se beneficiem do fluxo circular no continuum espectro urbano-rural. Um Marco de Ação também é fornecido contendo formas específicas nas quais, por exemplo, governança, proteção ambiental, comunicação, orçamentos, investimento e planejamento pode ser abordado de forma a garantir que todas as partes interessadas sejam tratadas justa e igualmente.

Todas as partes interessadas envolvidas no desenvolvimento sustentável, urbanização, desenvolvimento rural, desenvolvimento de política, planejamento e abordagens integradas a estes assuntos encontrarão informações importante e úteis neste guia.

Entre em contato

Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (ONU-Habitat)

Caixa Postal 30030, GPO Nairóbi, 00100, Quênia

Telefone: +254 20 762 3477

unhabitat-updb-rmpu@un.org

ONU  **HABITAT**

www.unhabitat.org